



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA**  
Palácio do Planalto – Anexo II – Ala A – sala 114  
70150-900 – Praça dos Três Poderes – Brasília-DF  
Tel.: (61) 3411-3892/2403 – Fax: (61) 3226-9385 – e-mail: cnapo@presidencia.gov.br

**Relatório 13ª Reunião Plenária da Comissão Nacional  
de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO**  
*10 de Dezembro de 2015*

Período	Atividade
8h30 – 9h30	<ul style="list-style-type: none"><li>• Abertura:<ul style="list-style-type: none"><li>- Apreciação do relatório do Seminário Dialoga Brasil Agroecológico;</li><li>- Apreciação da pauta da 13ª Reunião Plenária;</li><li>- Saudação da Secretaria de Governo da Presidência da República (SG/PR).</li></ul></li></ul>
9h30 – 12h	<ul style="list-style-type: none"><li>• Momento CIAPO:<ul style="list-style-type: none"><li>- Situação do Planapo 2 e pacto do cronograma até seu lançamento – 20’;</li><li>- Perspectiva da Agroecologia e da Produção Orgânica no PPA 2016-2019 – 20’;</li><li>- Pronara – 20’;</li><li>- Balanço Planapo 1 – 60’;</li><li>Núcleos de Agroecologia (MDA/MEC/MCTI/MAPA – 30’ e ABA – 15’) – 45’</li><li>Produtos Biológicos Registrados (Daniela Jorge/Anvisa) – 15’</li><li>- Debate – 30’.</li></ul></li></ul>
12h – 13h30	Almoço
13h30 – 14h	<ul style="list-style-type: none"><li>• Momento Indígena: Participação Indígena na CNAPO e no Planapo (FUNAI e representantes indígenas).</li></ul>
14h – 15h	<ul style="list-style-type: none"><li>• Momento Subcomissões Temáticas:<ul style="list-style-type: none"><li>- Destaques das STs à plenária (coordenadores/relatores das STs);</li><li>- GT Terra e Território: Institucionalização como ST.</li></ul></li></ul>
15h – 16h	<ul style="list-style-type: none"><li>• Momento CNAPO:<ul style="list-style-type: none"><li>- Gestão;</li><li>- Monitoramento do Planapo (Paulo Petersen e SDT/MDA) – 15’;</li><li>- Cronograma 2016.</li></ul></li></ul>
16h – 16h30	<ul style="list-style-type: none"><li>• Momento Ambiental: Interfaces entre a Agroecologia e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PNA (MMA).</li></ul>
16h30 – 17h	<ul style="list-style-type: none"><li>• Momento Interconselhos:<ul style="list-style-type: none"><li>- Informe da 5ª Conferência de SAN (Consea);</li><li>- Informe da 2ª CNATER (Condraf).</li></ul></li></ul>
17h – 17h15	<ul style="list-style-type: none"><li>• Momento Parlamentar:<ul style="list-style-type: none"><li>- Informe da reunião com Parlamentares das Frentes de SAN e Agroecologia.</li></ul></li></ul>
17h15 – 17h30	<ul style="list-style-type: none"><li>• Informes:<ul style="list-style-type: none"><li>- X Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA 2017 e VI Congresso Latino americano de Agroecologia (Mariane Vidal/Embrapa).</li></ul></li></ul>
17h30 – 18h	<ul style="list-style-type: none"><li>• Encaminhamentos Finais e Encerramento.</li></ul>

- **Abertura:**

Após a composição da Mesa, com Generosa Silva/Unicafes e Rogério Neuwald/SG-PR, não foram feitas maiores considerações quanto ao relatório e do Seminário Dialoga Brasil Agroecológico e nem à pauta proposta da 13ª Reunião Plenária.

Convidado para a Mesa de Abertura, o Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, Wagner Caetano, apresentou a nova estrutura da SG-PR a partir da fusão das Secretarias de Relações Institucionais, Secretaria-Geral e Micro e Pequena Empresa, destacando que o diálogo com o Congresso Nacional tem sido priorizado juntamente com o diálogo com a sociedade.

Apresentou também a fusão das Secretarias de relacionamento com a sociedade constituindo a Secretaria Nacional de Articulação Social/SNAS, e seus respectivos Departamentos, que são: Participação Social, Relações Políticas Sociais, Educação Popular e Diálogos Sociais, destacando que a secretaria-executiva da CNAPO estará sob a responsabilidade desta última, cuja diretora é a Érika Galvani. Destacou também que está convencido da importância de manter a estrutura da CNAPO na SG-PR, que acompanhava pelos bastidores o processo e demonstrou interesse em estar mais presente e em acompanhar mais de perto o processo.

- **Momento CIAPO:**

- **Situação do Planapo 2 e pacto do cronograma até seu lançamento – 20’;**

O Secretário de Agricultura Familiar Onaur Ruano/MDA fez uma apresentação do processo de elaboração do Planapo 2 e da proposta de agenda de trabalho em 2016 para sua finalização. Iniciou tranquilizando a plenária que, mesmo iniciando o ano de 2016 sem um Planapo vigente, as ações do Planapo 2 estão contidas no PPA dos ministérios, de modo que não há interrupção do processo de execução.

Explicou que, sendo de extrema importância o alinhamento da proposta do Planapo 2 com o PPA, foi feito um exame item por item pela equipe da secretaria-executiva da CIAPO, identificando quais as ações do PPA tinham relação direta ou indireta com a agroecologia e a produção orgânica. Esse levantamento foi encaminhado aos órgãos e ministérios da CIAPO, para verificação e análise. Após isso, o Planapo 1 foi revisitado, para verificar o que deveria ter continuidade, bem como destacaram temas relevantes como povos e comunidades tradicionais, além da incorporação dos 2 novos eixos: sociobiodiversidade e terra e território.

Quanto ao cronograma, a previsão de lançamento do Planapo 2 é juntamente com o lançamento do Plano Safra da agricultura familiar 2016-2017, previsto para o período entre o final de maio e meados de junho de 2016.

Após a 1ª reunião da CNAPO em 2016, em abril, pretendem consolidar a devolutiva da CNAPO para encaminhar às áreas jurídicas dos ministérios. No início de Maio pretendem ter o Planapo 2 finalizado para editoração.

Na sequência, foram elencados alguns dos principais desafios para o Planapo 2, dos quais destacam-se: a) Necessidade de dar enfoque territorial, com apoio da SDT/MDA, com mecanismos de controle e participação social; b) Aperfeiçoamento do processo de gestão, monitoramento e avaliação, com metodologia específica e diálogo frequente e efetivo junto aos órgãos responsáveis; c) Desenvolver estratégia de comunicação mais efetiva junto à sociedade. Para tal, terão um servidor na assessoria de comunicação do MDA exclusivo para

cobrir os temas da agroecologia e recomenda que a SG-PR também adote essa estratégia, com o cuidado de não comunicarmos somente entre nós mesmos mas para toda a sociedade; d) Articulação com as instâncias estaduais e municipais, para que de fato seja um plano nacional, estimulando a criação de planos e políticas estaduais e municipais de agroecologia e produção orgânica alinhadas ao plano nacional.

No debate, foram colocadas preocupações quanto às articulações interministeriais, inclusive, com a Casa Civil, tendo em vista a portaria para instituir o Planapo 2 ser interministerial. Outro ponto colocado soma-se aos desafios elencados, da importância de se construir estratégias e capacidade política para executar o Planapo, de modo que o Planapo 2 corresponda de fato ao que foi proposto e debatido com a sociedade, não correndo o risco de viver a situação do Pronara. Para tal, Paulo/ABA destaca a importância do exercício interconselhos, fortalecendo ambas as pautas e a comunicação com a sociedade, e do diálogo com o poder Legislativo, visto que há um limite de compressão daquela Casa em relação ao movimento agroecológico.

Jean/AS-PTA expôs sua preocupação com os aspectos operacionais do Planapo, visto que o 1º Plano foi uma soma das iniciativas e programas que já existiam mas não necessariamente foram elaborados com o olhar da agroecologia e da produção orgânica. Um exemplo seriam os temas crédito e ATER, que são debatidos no Condraf, inclusive com outros atores, tem ido na direção oposta ao que propomos, e o que existe para a agroecologia ainda é inconsistente. Assim, é necessário afinarmos as políticas e programas com o olhar agroecológico aonde elas são desenhadas. Quanto ao crédito, destaca que é preciso fazer esse esforço, dando o exemplo dos R\$ 7 bilhões de crédito previsto para a agroecologia que passou em branco. Se não afinarmos as políticas onde elas são definidas, ficamos muito genéricos.

Quanto ao encaminhamento da portaria interministerial, Ruano explicou que o processo tradicional seria remeter as portarias aos ministros com o documento do Plano consolidado formalmente para posicionamento. Assim, será encaminhado aos ministérios após a consolidação do documento, que deve ocorrer após a reunião da CNAPO em Abril. Acrescentou que comunicação envolve também o diálogo com segmentos que possam repercutir, como a relação interconselhos e mesmo o legislativo. São mecanismos que devemos mesmo aprofundar, criando agenda de relacionamento e diálogo permanente.

Outra colocação da plenária foi quanto às vantagens, tais como assegurar recursos, e às desvantagens, como o risco de submeter um plano à outro, sendo o lançamento do Planapo 2 juntamente com o Plano Safra, ainda mais considerando que o Planapo 2 é uma construção interministerial.

Ainda quanto ao crédito, foi colocada a necessidade da reestruturação desse instrumento para a agroecologia, buscando, inclusive, outros caminhos para além dos bancos, que buscam essencialmente o lucro e não o financiamento da agroecologia, tais como as cooperativas de crédito e a própria Conab, para avançarmos, avaliando e propondo um novo Pronaf.

Luciano/Embrapa expôs que sente falta do envolvimento da SDT/MDA, sendo os territórios uma das formas da base internalizar os processos, e quanto à comunicação, as rádios comunitárias também devem ser consideradas como canal.

Há concordância que avançamos pouco em relação ao tema do crédito e não termos a possibilidade de debater em uma instância, é um prejuízo pra gente, pois temos que ter um espaço para construção de propostas. Uma questão de fundo é de que as regras atuais para o crédito é necessariamente bancário, que não atende ao nosso público. Uma alternativa está no Plano Camponês.

Quanto aos financiamentos relacionados à Embrapa, temos deficiência em monitorar a efetividade das ações. E é necessário aperfeiçoar a relação entre MDA e Embrapa para melhorar os programas da agricultura familiar.

Rogério lembrou que teve uma oficina crédito e agroecologia chamada pelo MDA que deve trazer boas propostas. Além disso, a questão do conhecimento dos gestores acerca do nosso tema também é um trabalho que temos que nos dedicar nos próximos anos.

**- Perspectiva da Agroecologia e da Produção Orgânica no PPA 2016-2019 – 20':**

Dando continuidade, Cássio/MDA apresentou uma síntese da agroecologia no PPA 2016-2019, demonstrando que há uma transversalidade entre o que está no Planapo 1 e o previsto no Planapo 2, tentando garantir a continuidade das ações estratégicas estruturantes. No total, são 12 programas do PPA que têm ações relacionadas às agroecologia e produção orgânica, considerando que a orientação do MPOG era diminuir o número de programas. Há um conjunto de 140 iniciativas previstas, que podem se desdobrar em vários programas setoriais dentro dos ministérios, e que traduzem p planapo2. A proposta está já disponível no site do MPOG. Dentre os pontos a serem acompanhados está a PLOA (projeto de Lei Orçamentário Anual) e as ações que estavam no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, que devem ser remanejadas.

**- Pronara – 20';**

Ruano fez uma retrospectiva das oportunidades de lançamento do Pronara, desde a ocasião do Plano Safra 2015-2016, o dia mundial da alimentação em outubro e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Novembro. Relembrou também a reunião entre todos os secretários executivos dos ministérios envolvidos, cobrando o parecer técnico acerca da proposta. Dos 10 ministérios que assinariam a portaria interministerial, tínhamos o MPA extinto na reforma administrativa, e apenas o MAPA não assinou, justificando que precisaria aprofundar o debate interno. Passada a conferência, houve uma nova tentativa de lançarmos na oportunidade da Conferência de Saúde. O parecer novo reafirma o parecer anterior, em que o MAPA coloca que não fez a análise interna com a profundidade que deveria fazer.

Citando uma fala pública da ministra Katia Abreu em entrevista ao Canal Rural, que coloca seu posicionamento contrário à proposta, concluiu que, de fato, temos duas posições diferentes para optarmos: uma seria trilhar um caminho sem a participação do MAPA, que discorda da proposta. Outro posicionamento coloca que sem o MAPA esvaziamos o Pronara como um todo.

Parte da plenária defendeu como encaminhamento que é necessário avançarmos em lançar o Pronara mesmo sem o MAPA, que deve, então, explicar os motivos pelos quais não assina o programa. Acredita-se que um ministério apenas não pode barrar o trabalho de outros 8

ministérios, pois isso não condiz com a democracia em que vivemos. Outra fala expõem a contradição entre a fala da ministra e a afirmação da presidenta Dilma, feita no encerramento da Marcha das Margaridas em Outubro de 2015, em lançar o Pronara. Outra colocação foi feita no sentido da responsabilidade para além da agricultura mas também da saúde, onde temos base científica e tecnológica dos impactos dos agrotóxicos à saúde e meio ambiente, que deve embasar a aprovação do Pronara mesmo sem a participação do MAPA.

Outra colocação feita destaca a importância de termos conhecimento do conteúdo do parecer técnico do MAPA, para que a discussão possa prosseguir, pedindo resposta a cada iniciativa, a fim de dialogarmos e fazermos contraponto político e técnico. Há dúvidas quanto à questão de 8 ministérios aprovarem e um não aprovar, a exemplo do que aconteceu na época da votação dos transgênicos.

Outro posicionamento lembra que trata-se de um compromisso que o governo federal assumiu a partir de um diagnóstico que é preocupante, e a sociedade cobrará sua execução. Lembra também que o MAPA estava na construção do processo de construção do Pronara, dando sugestões, inclusive. Lembra que a iniciativa estava prevista no Planapo, que também foi assinado pelo MAPA, mas a mudança no titular da pasta que inviabilizou. Enfatiza que está em questão a nossa própria dinâmica como instância interministerial e a institucionalidade da CIAPO, destacando, ainda o contexto de vulnerabilidade política que passa o país. Coloca que um Pronara sem o MAPA não faria sentido, e não passaria na Casa Civil onde esse debate deve ser feito. No entanto, essa situação nos faz diminuir nossa expectativa também em relação ao Planapo2. Outro ponto é que o GT Agrotóxicos deve ser reativado no âmbito da CNAPO, visto que o grupo foi importante e continuará sendo.

A orientação com a Casa Civil esgotou-se o entendimento entre ministros de modo que a Casa Civil deve assumir a partir de agora. Quanto à institucionalidade da CIAPO, essa situação certamente causa prejuízos, mas o processo de construção foi feito sempre com presença de representante do órgão, mas a decisão política. Fazer sem a anuência do MAPA, implica na não execução das iniciativas sob a responsabilidade daquele ministério.

Rogério/SG-PR lembra que a posição da Mesa Coordenadora/CNAPO foi que não deveria ser lançado o Pronara sem a participação do MAPA, de modo que temos que construir um consenso. E que na oportunidade do dia internacional de combate aos agrotóxicos, foi lançada uma carta com manifestação quanto à aprovação do Pronara. Encaminhou-se que as entidades que compõem a CNAPO farão documento se posicionando quanto ao fato. E há concordância que este diálogo deve ter continuidade no âmbito da Casa Civil, com espaço para que os ministérios sejam convocados para debater conjuntamente.

#### **- Balanço Planapo 1 – 60’;**

- ✓ Núcleos de Agroecologia (MDA/MEC/MCTI/MAPA – 30’ e ABA – 15’) – 45’

Neste momento, Rogério/MAPA apresentou a experiência do Núcleos, disponibilizada por meio digital. Houve também a leitura da Carta pelo Zumbi, em que foi sugerido acrescentar um

relatório de resultados que desse mais materialidade ao processo, pois é importante para as assessorias diretas do ministro darem encaminhamentos mais formais.

✓ **Produtos Biológicos Registrados (Daniela Jorge/Anvisa) – 15'**

Apresentação de Daniela/ANVISA, disponibilizada em meio digital. Contextualiza que, apesar do Pronara ainda não ser aprovado, temos ações e resultados positivos, e mesmo iniciativas previstas no Pronara já estão em andamento.

Nas considerações, Gabriel/AS-PTA coloca que já existe um Grupo de Trabalho que trata de um dos temas propostos no Planapo, que é a revisão da legislação de aviação agrícola. Assim, é fundamental a participação de representantes da CNAPO nesse GT. A Secretaria-executiva da CNAPO fará comunicado à coordenação do GT de aviação agrícola, solicitando participação de representação da CNAPO.

• **Momento Subcomissões Temáticas:**

- **Destaques das STs à plenária (coordenadores/relatores das STs);**

**ST Produção**

- a) Dividir a ST em duas, sendo "Produção, Fomento e Crédito" e "Agroindustrialização e Mercados";
- b) Retomar o GT de Crédito Condraf e CNAPO.

**ST Sociobiodiversidade**

- a) Transformar o GT Comunicação em ST;
- b) Encaminhar Cartas aos participantes CNAPO;
- c) A secretaria-executiva da CNAPO deve chamar reunião entre Condraf, Consea e a ST Sociobio.

**ST Mulheres**

- a) Estreitar CNAPO e CNATER.

**GT Terra e Território**

- a) Encaminhar resultado final para a CIAPO e para todos os participantes do Seminário;
- b) Transformar o GT em ST.

**ST Sementes**

- a) Debater PAA em plenária. Encaminhar pedido a Arnaldo para participar.

**ST Insumos**

Contextualizar a importância da cobrança diferenciada ou da isenção de taxa de manutenção de PPA – Parecer de Periculosidade Ambiental para os produtos biológicos para o MMA. Rogério Dias fará minuta (ver Jorge Ricardo).

- **Momento CNAPO:**

- **Gestão;**

- **Monitoramento do Planapo (Paulo Petersen e SDT/MDA) – 15’;**

Paulo/ AS-PTA e Daniela Metello/MDA participaram da Mesa, informando que após o Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, houve uma discussão sobre a necessidade de incorporar a perspectiva territorial na execução e monitoramento do Planapo, daí o envolvimento da SDT/MDA. Algumas possibilidades significa envolvimento dos colegiados territoriais, dos Nedets, da própria articulação da SDT no Planapo, dentre outras possibilidades. Temos que fazer uma agenda para construir uma proposta mais concreta para um monitoramento na CNAPO e nos territórios também.

Daniela colocou que pensaram em números dos 239 territórios rurais reconhecidos, dos quais 120 participam do Programa Territórios da Cidadania, que está sendo revisado, e dos quais 20 territórios da cidadania terão um foco maior na integração de políticas públicas. Assim, haverá uma pactuação especial nesses 20 territórios, com apoio dos Nedets, inclusive, e que podem fazer o monitoramento do Planapo, com uma metodologia que definiremos conjuntamente, e sem excluir os demais territórios que se interessem em aderir à proposta.

Assim, temos o desafio de construirmos essa proposta de monitoramento durante o primeiro trimestre de 2016.

- **Momento Ambiental: Interfaces entre a Agroecologia e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PNA (MMA)**

O Secretário Carlos Guedes compôs a Mesa, com o objetivo de identificar os grandes temas da agenda ambiental que estão relacionados à agroecologia, trazendo uma contribuição que é relevante ao MMA e que gostariam que fosse acolhida pela CNAPO, que é o debate das mudanças climáticas. Há um esforço do ministério em identificar políticas agroambientais, e a agroecologia e a produção orgânica podem ser caracterizadas nesse escopo. O uso da terra é um dos componentes que incluíram nas INDCs, com identificação da responsabilidade pela mudança nesse uso da terra, assim como identificar as ações para a adaptação.

O lançamento do Plano Nacional de Adaptação (PNA) deve ser em 2016, após o fim da consulta pública, e o Planapo é um importante componente dentro de suas estratégias efetivas de adaptação. Temos o espaço de mobilização dentro da CNAPO e da própria CIAPO. Destacou o Planapo como principal política agroambiental no país para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais. Também com os ODS terão agenda mais forte e que pode ser articulada com o Planapo.

Propõem à CNAPO um debate para desenhar algumas iniciativas conjuntamente que permitam sistematizar o PNA e o papel do Planapo na INDC brasileira, colocando alguns desses temas no Planapo 2, e identificando alguns territórios com foco em povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Estão convencidos da enorme contribuição que o Brasil agroecológico pode trazer à agenda do clima. Paulo/AS-PTA destacou que tiveram a oportunidade de conversar para incorporar efetivamente o MMA dentro do Planapo 2. O conceito de política agroambiental reconhecendo a agroecologia por uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, contribui para o que defendemos, da agroecologia por uma

perspectiva multifuncional. Assim, essa aproximação entre as agendas se fortalecem. No entanto, é preciso discutir também essa agenda dentro do enfoque territorial com o redesenho das políticas de agricultura familiar que muitas vezes não são positivas do ponto de vista ambiental. Outra questão se refere à aproximação dos povos indígenas e Povos e comunidades tradicionais, aproximando as áreas protegidas, as terras indígenas e as unidades de conservação para que também operem do ponto de vista ambiental. Outra interação é com a própria PNGATI, para um Planapo encorpado e fortalecendo outras políticas.

- **Cronograma**

Foi pactuada a agenda da próxima reunião da Mesa Coordenadora, em conjunto com a Mesa Diretiva do Consea, para articulação interconselhos. A próxima reunião ordinária da CNAPO será na primeira semana de Abril, juntamente com a realização do Seminário na Câmara dos Deputados. A secretaria executiva da CNAPO encaminhará a proposta de cronograma de 2016 para todos os membros da CNAPO.